

## **CORRUPÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS BRASILEIRAS: Atos Fraudulentos e Seus Efeitos**

**Aila Morais Vieira de Carvalho**

Graduanda em Administração,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Gabriela Caroline Silva Marçal**

Graduanda em Administração,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Elisângela de Aguiar Alcalde**

Mestre em Desenvolvimento Local – UCDB;  
Docente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Maria Luzia Lomba de Sousa**

Doutora em Teoria Econômica – UEM; Mestre em Desenvolvimento Local – UCDB;  
Docente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;  
Docente do Instituto Euvaldo Lodi – IEL;  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas–FITL/AEMS

### **RESUMO**

Os resultados indicam que a variável instrução, em geral, parece ter maior influência nos indicadores de percepção moral, o que significa dizer que quanto maior o grau de instrução do indivíduo menos sua percepção moral. Daí a importância das organizações investirem em um programa de gestão da ética que deve compreender algumas ações, tais como: elaboração de código de conduta, implantação de política de comunicação permanente, estabelecimento de um sistema de recrutamento centrado na ética, sistemas de controle interno. Como resultados, obteve-se que 50 políticos do alto escalão estão sendo investigados por corrupção, sendo que 17 do poder executivo do governo Temer são investigados, mais de 50% das organizações públicas e privadas entrevistadas pela KMPG já foram fraudadas e 68% por funcionários. Os objetivos do estudo foram identificar os políticos do alto escalão, do governo Temer, investigados por atos de corrupção/fraudes, o perfil dos fraudadores nas empresas, bem como as causas e as ações de minimização. Os meios de pesquisa foram pesquisa em livros, jornal, revistas e site em especial o IBGE e KMPG no período de 12 a 18 de setembro de 2016.

**PALAVRAS-CHAVE:** corrupção; crise financeira; indicadores econômicos.

### **INTRODUÇÃO**

A divulgação da corrupção na Petrobrás e diversas Empreiteiras no Brasil têm ganhado cada vez mais importância e preocupação, alavancando movimento sobre ética e responsabilidade social, transformando-se em tema de grande relevância no momento.

A literatura sobre corrupção são polêmicas quanto aos conceitos e indicadores. Os indicadores possíveis são indiretos e devem ser utilizados com cuidado. Para lidar com as dificuldades teóricas e de mensuração, estudamos o fenômeno da corrupção em sua dimensão da percepção e análise dos indicadores do desempenho da economia brasileira disponíveis, nas organizações privadas e encontramos os limites teóricos e metodológicos. Portanto, questiona-se: quais os impactos da corrupção praticada por políticos e empresários nas organizações privadas?

Portanto, os objetivos do estudo foram identificar os políticos do alto escalão, do governo Temer, investigados por atos de corrupção/fraudes, o perfil dos fraudadores nas empresas, bem como as causas e as ações de minimização. Os meios de pesquisa foram pesquisa em livros, jornais, revistas e site em especial o IBGE e KMPG no período de 12 a 18 de setembro de 2016.

O estudo justifica-se pela relevância do tema e impacto na vida social e financeira das empresas, bem como no desenvolvimento econômico.

A pesquisa está baseada em dados secundários disponibilizados nos sítios virtuais do Governo Federal e Estaduais; IBGE, KMPG, livros sobre o tema, dentre outros. Trata-se de uma amostra não probabilística por conveniência, realizada nos anos de 2000, 2004, 2009, 2015 e 2016.

## **2 BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E PÚBLICA**

O termo governança teve sua origem a partir das análises sobre o mundo das empresas por Ronald Coase, em 1937. Coase (1937) publicou um artigo intitulado *The Nature of the Firm*, que infelizmente não desencadeou grandes debates, mas nos anos de 1970 foi retomado por Oliver Williamson e então se passou a utilizar o termo governança para designar os procedimentos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes, referindo-se aos protocolos internos, quando a firma desenvolve suas redes e questiona as hierarquias internas, os contratos e a aplicação de normas quando ela se abre à terceirização (WILLIAMSON, 2002).

Governança corporativa nasceu e cresceu originalmente nos Estados Unidos da América e na Grã Bretanha, e espalhou-se pelo mundo, principalmente no Brasil

em resposta a necessidade de atrair capital estrangeiro para as atividades empresariais.

A palavra governança surgiu por meio da reflexão do Banco Mundial, como sendo “[...] o conhecimento das condições que garantem um estado eficiente [...]” com “[...] foco nas implicações estritamente econômica da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública” (DINIZ, 1995, p. 400).

No documento *Governance and Development*, o Banco Mundial se refere à governança como sendo:

[...] exercício da autoridade política e administrativa em todos os níveis para gerir os assuntos de um país. Compreende os mecanismos, processos e instituições, através dos quais os cidadãos e grupos articulam os seus interesses, exercer os seus direitos legais, cumprem suas obrigações e mediar sua diferença<sup>1</sup> e feita uma referência específica à democrática governança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU, 2012, p.03).

Governança corporativa, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, controladas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas (IBGC, 2016).

Ainda segundo IBGC (2016), as boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum.

Uma boa governança corporativa visa à transparência da gestão empresarial e a redução dos riscos financeiros para os investidores por meio da prestação de contas e a equidade. Em linhas gerais, evita o abuso de poder, erros estratégicos, fraudes, uso de informação privilegiada e atuação em conflitos de interesse; por meio da concentração do poder em uma só pessoa.

No contexto público a governança está associada ao debate político-desenvolvimentista determinada pela gestão, responsabilidade, transparência e

---

<sup>1</sup> Comitê de Peritos sobre Administração Pública, Definição dos conceitos básicos e terminologias em governança e administração pública (E / C.16 / 2006/4) (Nova Iorque, 2006)

legalidade do setor público idealizado pela ONU (2012). Löffler complementa a definição de governança pública como sendo:

[...] uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes (LÖFFLER, 2001 p. 212).

Dallabrida e Becker (2003, p. 46) ressalta que a governança regional é são “[...] iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”.

Quanto à governança local, é entendida como uma alternativa para gestão de forma transparente, inicialmente no local, por meio de ações conjuntas com grupos de residentes, administradores, prefeitura, associações sem fins lucrativos, clubes, empresa (DALLABRIDA; BECKER, 2003).

Portanto, o combate à corrupção, por meio de boas práticas de governança corporativa e pública, regional e local tem sido associado à noção de responsabilidade social empresarial, assim, o décimo princípio do Pacto Global das Nações Unidas estabelece que “As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina” (MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – MTFC, 2014, 01).

### **3 CORRUPÇÃO E O COMPROMETIMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

A corrupção segundo o *United Nations Office on Drugs and Crime- UNODC*, (2016) é um fenômeno social, político e econômico que afeta todos os países do mundo, prejudica as instituições democráticas, trava o desenvolvimento econômico e contribui para a instabilidade política e econômica. A corrupção corrói as bases das instituições democráticas, “[...] distorcendo processos eleitorais, minando o Estado de Direito e deslegitimando a burocracia”. A corrupção afasta os investidores e desestimula a criação e o desenvolvimento de empresas, que não conseguem arcar com os "custos" da corrupção (UNODC, 2016 p. 1).

Segundo UNODC (2016), o conceito de corrupção é amplo e envolve as práticas de suborno, propina, fraude, apropriação indébita, desvio de recursos por

parte de funcionário público, nepotismo, extorsão, tráfico de influência, utilização de informações privilegiadas para fins pessoais, compra e venda de sentenças judiciais entre outras.

A assembleia geral da ONU aprovou, em 29 de setembro de 2003, a convenção das nações unidas contra a corrupção, como primeiro instrumento jurídico anticorrupção, que estabelece regras obrigatórias aos países membros, tendo o Brasil como membro.

O UNODC (2016) mantém um programa global que auxilia os Estados-membros, em especial os países em desenvolvimento, direcionados tanto para o setor público como o privado, por meio de: (i) assistência técnica: identifica exemplos de boas práticas, apoia o Grupo de Integridade Judicial: composta por Magistrados e juízes que desenvolvem normas e políticas com o objetivo de reforçar a integridade e sistema judicial; (ii) pesquisa e desenvolvimento de políticas: apoia projetos que identificam, disseminam e aplicam boas práticas na prevenção e no controle da corrupção, por meio do enfrentamento global da corrupção e (iii) Dia Internacional contra a Corrupção: Celebrado em 9 de Dezembro para se dizer “não” a corrupção e Campanhas contra corrupção divulgadas mundialmente por meio de redes da sociedade civil e dos governos (UNODC, 2016).

### **3.1 Corrupção nas Organizações e as Estratégias de Minimização**

A corrupção, em suas diversas configurações, compromete o desenvolvimento regional e local, de mercado e a lucratividade das empresas no médio e longo prazo. Segundo Endeavor Brasil (2015), no início da década de 90, sobretudo em instituições bancárias, implantaram-se procedimentos de conformidades sem conhecimento pleno dos processos internos, metodologias de trabalho, políticas de estoques, gestão de pessoas, melhoria contínua e harmonização contábil, etc.

Ainda segundo Endeavor Brasil (2015, p.1), alinhou-se a função de *compliance* aos valores e objetivos da organização, que significa “[...] agir em sintonia com as regras” e significa estar “[...] em linha com normas, controles internos e externos, além de todas as políticas e diretrizes estabelecidas para o seu negócio”. Em outras palavras é: cumprir todas as imposições dos órgãos de regulamentação, dentro dos padrões exigidos de seu segmento nas esferas

trabalhista, fiscal, contábil, financeira, ambiental, jurídica, previdenciária, ética, etc (ENDEAVOR BRASIL, 2015).

As ferramentas mais comuns de cumprir as imposições legais é o uso do código de ética e conduta; canais de denúncias; controles internos; divulgação de temas relacionados à corrupção por meio de palestras, mural, site; análise da ética dos profissionais e partes interessadas; busca de diferenciais no mercado (CHERMAN; TOMEI, 2005).

### 3.1.1 Responsabilidades da Função de *Compliance* na Organização

As organizações podem estabelecer objetivos e implantar ferramentas de *compliance*<sup>2</sup> para minimizar os riscos de corrupção, aplicação de regulamentação e normas, realização e análise de controles internos eficientes, melhoria contínua e qualidade na atividade empresarial (Certificação ISO), economia de recursos evitando pagamento de multas, punições e cobranças judiciais, fortalecimento da marca no mercado como sendo ética. Para isso se faz necessário criar a função de *compliance* (ENDEAVOR BRASIL, 2015) para que possam ser analisados os riscos operacionais; gerenciado os controles internos por meio de normas e procedimentos; desenvolvimento de projetos de melhoria contínua e adequação às normas técnicas (Certificação ISO); análise e prevenção de fraudes; monitoramento, pelos profissionais de TI, por meio de medidas na área de segurança da informação; Realização de auditorias periódicas – interna e externa; Gerenciamento e revisão das políticas de gestão de pessoas; Elaboração de manuais de conduta e disseminação do *compliance* na cultura organizacional; Fiscalização da conformidade contábil de acordo com as normas internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS); Interpretação de leis e adequá-las a empresa (ENDEAVOR BRASIL, 2015).

### 3.2 Corrupção nas Esferas Governamentais e as Estratégias de Minimização

No Brasil, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), por meio da ouvidora-geral da União, órgão que acolhe as denúncias de corrupção no âmbito da Controladoria-Geral Da União (CGU), tem por desafio concluir a

<sup>2</sup>Comply, em inglês, significa “agir em sintonia com as regras” [...]. **Compliance**, em termos didáticos, significa estar absolutamente em linha com normas, controles internos e externos, além de todas as políticas e diretrizes estabelecidas para o seu negócio (ENDEAVOR BRASIL, 2015, p. 01) (grifos do autor).

construção de um banco integrado de denúncias que tornará mais eficiente o combate às irregularidades apresentadas pelos cidadãos. O recebimento e tratamento de denúncias na esfera administrativa do governo, são realizadas de acordo com a política de cada órgão, não há uma padronização no atendimento, como formulários ou banco de dados para acolher essas manifestações, o que dificulta a análise em tempo hábil e em diversos casos, a demora pode expor o cidadão a situação de risco (MTFC, 2014).

O desafio, como estratégia para minimizar a corrupção, do órgão que acolhe as denúncias, a ouvidoria geral da União, é a conclusão do banco de dados integrado de denúncias e a formulação de um projeto de lei que regulamente a proteção ao cidadão denunciante. No Brasil existe a Lei de Acesso à Informação para resguardar a identidade do denunciante, mas não uma legislação específica para a de denúncia de corrupção (MTFC, 2014).

Segundo a UNODC (2016), existem diversos escritórios anticorrupção pelo mundo como: Banco Mundial; Governança e Anti-Corrupção, Biblioteca Virtual da Corrupção, Controladoria-Geral Da União (CGU), Conselho Nacional de órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (CONACI), Instituto Ethos, Cristãos contra a Corrupção (CRISCOR), Portal da Transparência, Transparência Brasil e Contas Abertas, Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), *International Criminal Police Organization* (INTERPOL), *Transparency International*, dentre outras.

### **3.2.1 Governo nas Três Esferas e a Corrupção**

As acusações de corrupção surgiram ao longo dos últimos anos sendo alimentado pela imprensa, causando indignação a uma parcela expressiva da sociedade que aguarda os resultados das investigações com a punição aos responsáveis.

No entanto, percebemos que os meios de comunicação de massa forçam uma associação direta entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e corrupção que assola o País de norte a sul. Vale lembrar que existem diversos meios de corromper e o Sarney e seu partido PMDB governaram por muitos anos o Maranhão apoiando o latifúndio, na Bahia com o Antônio Carlos Magalhães (falecido) também apoiou o latifúndio, as privatizações do Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o confisco da poupança dos trabalhadores pelo então Senador Fernando Collor de Melo.

Ao todo são 50 os políticos; o Partido Progressista (PP) é partido com o maior número de nomes citados sob investigação, dentre eles o Presidente do Senado Renan Calheiro, que também foi acusado em 2013 de cometer os crimes de peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso e atualmente é investigado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Recebia, segundo o delator Paulo Roberto Costa, valores de contratos da Transpetro, além de pagamentos periódicos (AGUIAR, 2016),

O presidente da Câmara de Deputados Eduardo Cunha investigado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. É suspeito de receber propina da Empresa Toyo Setal Júlio Camargo. É associado ao recebimento de R\$ 5 milhões, cassado no dia 12 de Setembro de 2016 ilegível até 2027 (NASCIMENTO, 2016).

No governo Michel Temer, o poder executivo é composto, desde maio de 2016, por 24 ministérios, sendo 21 ministérios reais, três secretarias e órgãos com *status* de ministério (uma secretaria, dois órgãos ligados à Presidência da República), do qual nomeou 17 (dezesete) Ministros suspeitos de corrupção ligadas às investigações da Operação Lava Jato e outros processos, conforme Quadro 1.

**Quadro 1:** Os Ministros do Governo Temer, Ministérios e casos de investigação

	NOME	MINISTÉRIO	INVESTIGAÇÃO
1	Romero Jucá	Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Operação Lava Jato por formação de quadrilha, e teve nome envolvido na Operação Zelotes.
2	Henrique Eduardo Alves	Turismo	Operação Lava Jato e suspeito de ter conta na Suíça
3	Mendonça Filho	Educação	é parte em processos relacionados a contas eleitorais de seu partido e está entre as centenas de políticos citados na lista da Odebrecht, apreendida pela Lava Jato.
4	Eliseu Padilha	Casa Civil	Suspeito de ter empregado uma funcionária “fantasma” quando era Deputado Federal, Indiciado por formação de quadrilha em 2011, foi recentemente citado na delação de Delcídio do Amaral
5	Jose Sarney Filho	Meio Ambiente	Acusado de vantagens ilícitas em doações oficiais e chegou a ser condenado ao pagamento de uma multa em representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por prática de conduta vedada;
6	Geddel Vieira Lima	Secretaria de Governo da Presidência da Republica	Operação Lava Jato citado em mensagens de celular de Léo Pinheiro, da OAS Empreiteira e, em 2014, foi condenado por realizar propaganda eleitoral irregular.
7	Gilberto Kassab	Ciência, Tecnologia, Inovações e	Réu em processo de improbidade administrativa e foi condenado em 2014 por não pagar precatórios judiciais previstos em leis,

		Comunicações	
8	Bruno Araújo	Cidades	Teve seu nome citado na lista da Odebrecht, apreendida pela Polícia Federal, que mostra centenas de políticos que receberam doações da empreiteira.
9	Blairo Maggi	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Alvo de inquérito que apura lavagem de dinheiro e também de ações do Ministério Público por improbidade administrativa,
10	Osmar Terra	Desenvolvimento Social e Agrário	Citado na lista da Odebrecht, o político teve suas contas contestadas pelo TCE quando chefiava a Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul.
11	Raul Jungmann	Defesa	Alvo de ações movidas pelo Ministério Público por improbidade administrativa e por dano ao erário na época que chefiava o Incra;
12	Leonardo Picciani	Esporte	Alvo de representação (sob sigilo de Justiça) por captação e gastos ilícitos na campanha de 2014, com pedido de cassação de diploma.
13	Ricardo Barros	Saúde	Citado na lista da Odebrecht, Barros foi condenado por fraude em venda de equipamentos e por danos causados aos cofres públicos referentes ao período em que foi prefeito de Maringá.
14	Jose Serra	Relações Exteriores	Alvo de ação civil pública por improbidade administrativa de quando era ministro tucano, e teve seu nome associado ao escândalo das licitações no transporte público paulista.
15	Ronaldo Nogueira	Trabalho	Teve reprovadas as contas referentes à campanha eleitoral de 2014;
16	Maurício Quintella Lessa	Transportes, Portos e Aviação Civil	Condenado em 2014 por ter participado, enquanto secretário de Educação de Alagoas, de um esquema que desviou dinheiro destinado ao pagamento de merenda escolar. Quintella foi multado pela Justiça em 4,2 milhões de reais.
17	Fernando Coelho Filho	Minas e Energia	Sob investigação na operação Lava Jato
18	Fabiano Augusto Martins Silveira	Transparência, Fiscalização e Controle	Operação Lava
19	Helder Barbalho	Integração Nacional	
20	Marcos Pereira	Indústria, Comércio e Serviços	
21	Sérgio Etchegoyen	Chefe do Gabinete de Segurança Institucional	
22	Alexandre de Moraes	Justiça e Cidadania	
23	Henrique Meirelles	Fazenda	
24	Marcelo Calero	Cultura	
25	Fábio Osório Medina	Advocacia-Geral da União	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados de Kokay e Menezes (2016) e BBC Brasil (2016).

Em um mês de governo, o presidente interino Michel Temer exonerou três Ministros por suspeita de corrupção divulgado na mídia, por suspeita de corrupção ligados às investigação da Operação Lava Jato: Romero Jucá (Planejamento), Fabiano Silveira (Transparência) e Henrique Eduardo Alves (Turismo); sendo substituídos por Dyogo Olilveira (interino) para o Planejamento; Alberto Alves (interino) para o Ministério do Turismo; Torquato Jardim para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e por último, o impeachment a presidenta Dilma Rousseff (BRASIL, 2016).

#### **4 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

O Brasil possui área territorial de 8.515.767,047 Km<sup>2</sup>, sendo o terceiro das Américas representando 47,3 % da superfície da América do Sul, fazendo fronteira com Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e a Venezuela. O País possui 5 Estados e 5.570 municípios com uma população total estimada de 206.081.432 onde 101.726.102 são homens e 104.355.330 são mulheres, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em 2010 era de 0,727 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE, 2016).

##### **3.1 Delimitação Temporal**

Este estudo tem por objetivo levantar a evolução dos indicadores de desempenho da economia brasileira – Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), queda da arrecadação de impostos – Simples Nacional, ISS e ICMS por meio do IBGE, NIT/Sebrae

O levantamento do perfil dos fraudadores das organizações do Brasil, principais meios de fraude e os meios de minimizar as fraudes nos 2000, 2004 e 2009 por meio da publicação “A Fraude no Brasil – Relatório da Pesquisa 2000, “A Fraude no Brasil – Relatório da Pesquisa 2004 e publicação “A Fraude no Brasil – Relatório da Pesquisa 2009 elaborado pela KPMG *Forensic Services* durante o período de 01 a 18 de setembro de 2016 disponível nos sítios virtuais <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/Pesquisa2000.pdf>; <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/Fraudes2004site.pdf>; <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/Pesquisa2009.pdf>.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse item tem por propósito apresentar a análise dos dados obtidos a partir da pesquisa realizada no site da *KPMG Forensic Services*, auxiliando as considerações finais do estudo.

A publicação “A Fraude no Brasil – Relatório da Pesquisa 2000” é o resultado da primeira incursão anual da KPMG (2000) num universo que abrangeu cerca de 1.000 empresas, tanto do setor privado quanto do público, e obteve somente 15% de retorno. Os responsáveis consideraram baixo retorno, mas superior as tentativas anteriores e chegando as seguintes considerações:

- A maioria dos respondentes constituiu-se de Diretores Financeiros, Administrativos ou de Auditoria.

- 81% dos respondentes vivenciaram fraudes em suas organizações e ainda considerando as numerosas fraudes que podem passar despercebidas,

- 75% dos respondentes acreditam que a fraude é ou pode tornar-se um grande problema para sua empresa.

- Controles internos deficientes permitiram a ocorrência de fraudes,

- Citaram que bons controles internos constitui um dos métodos mais comuns de detecção.

- 64% dos respondentes julgam que a fraude aumentará no futuro – As razões citadas são principalmente o enfraquecimento dos valores morais e sociais, falhas no sistema de controle, pressões econômicas e impunidade.

- 13% acreditam que a fraude diminuirá.

- Tipos de fraudes que resultaram nas maiores perdas foram: contas de despesas, Notas Fiscais “frias”, falsificação de cheques ou documentos e roubo de ativos.

- 100% dos respondentes citaram que todos os setores das empresas foram afetados pela fraude.

- 55% dos respondentes acreditam que seus próprios funcionários são a maior fonte de ameaça, especialmente 49% é seu pessoal de suporte.

- 85% dos respondentes reconheceram que os montantes da fraude foram inferiores a R\$ 1 milhão; porém, em 54% dos casos, não recuperou nenhuma parte do dinheiro.

- Planos para diminuir a possibilidade de fraudes citados: concentrar em métodos internos de detecção, estabelecimento de código de conduta ou de manual de comportamento profissional e aumento da conscientização e sensibilização gerencial.

- 81% do fraudador é homem com faixa etária de 25 a 40 anos (66%) e tem uma renda mensal entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00 (30%). A maioria das fraudes, segundo os respondentes foi cometida por funcionários com mais de dois e menos de cinco anos na empresa (KPMG, 2000).

Segundo a KPMG (2004) a publicação “A Fraude no Brasil – Relatório da Pesquisa 2004” é o resultado da terceira edição bienal, teve um universo que aproximadamente 1.000 empresas, tanto do setor privado quanto do público, abordando aspectos como: características, formas de fraude, perfil do fraudador, comércio eletrônico, espionagem corporativa, consequências medidas, procedimentos adotados para dificultar e mitigar sua ocorrência.

Resumidamente, obteve-se como perfil dos respondentes como sendo pertencentes do ramo industrial (57%), com faturamento anual nas faixas de R\$ 250 milhões a R\$ 3 bilhões (71%), ocupando, em geral, posições nas Diretorias Financeira, Administrativa ou de Revisão/Auditoria Interna (49%) (KPMG, 2004). O resultado, segundo os pesquisadores foram as seguintes:

- 69% dos respondentes vivenciaram fraudes em suas organizações.

- 74% dos respondentes responderam que a fraude é ou pode tornar-se um grande problema para sua empresa.

- 55% dos respondentes afirmaram que a fraude aumentará no futuro – apenas 18% acreditam que ela diminuirá. As razões citadas são, principalmente, o enfraquecimento dos valores na sociedade, falhas no sistema de controle, impunidade e pressões econômicas.

- 71% dos respondentes confirmaram que controles internos deficientes permitiram a ocorrência de fraudes;

- 52% dos respondentes acreditam que bons controles internos como métodos mais comuns de sua detecção, ressaltando o papel central dos controles internos no combate à fraude.

- Os respondentes citaram como planos para diminuir a possibilidade de fraudes, a concentração em métodos internos de detecção, treinamento de

pessoal, estabelecimento de um código de conduta ou manual de comportamento profissional.

■ 100% firmou que os tipos de fraudes que resultaram nas maiores perdas foram falsificação de cheques ou documentos, roubo de ativos e contas de despesas.

■ 83% dos respondentes, os montantes envolvidos em fraude foram inferiores a R\$ 1 milhão; porém, em 49% dos casos, não se recuperou nenhuma parte do valor.

■ 58% dos respondentes acreditam que seus próprios funcionários são a maior fonte de ameaça, e que 57% são seu pessoal de suporte

■ 83% do fraudador é homem, 79% com faixa etária de 26 a 40 anos e 61% com renda mensal entre R\$ 1.000,00 e R\$ 4.500,00. A maioria das fraudes reportadas foi cometida por funcionários com mais de dois e menos de cinco anos na empresa.

■ 77% dos respondentes acredita que o crime organizado representa uma ameaça/perigo para a indústria ou a empresa. As maiores preocupações são fraudes e roubos, bem como a utilização de informações privilegiadas.

■ 66% dos respondentes citou a espionagem corporativa como ameaça ou perigo para a área de atuação e/ou para a própria empresa.

■ 44% dos negócios, segundo os respondentes, foi realizado por meio de comércio eletrônico. Dos quais, 51% atuam no *Business to Business* (B2B), 15% no *Business to Consumer* (B2C) e 34% em ambas as áreas.

■ 11% dos usuários do comércio eletrônico não tiveram problemas de segurança em seus sistemas.

■ Finalizando, a rejeição por parte dos clientes e/ou fornecedores é o motivo que prevalece para aqueles que não estão realizando negócios por meio de comércio eletrônico, enquanto questões de segurança tendem a ser uma preocupação secundária para os respondentes.

Na quarta edição da pesquisa “A Fraude no Brasil, realizada no ano de 2008 e publicada em 2009, pela KPMG Forensic Services, teve como objetivo obter um insight quanto ao nível de conscientização sobre fraude, tendências e a natureza das fraudes e os meios para minimizar os riscos de fraude no Brasil por meio de questionário enviado no final de 2008 para organizações dos vários segmentos

sendo que 52% pertence a indústria, 72% com faturamento anual na faixa de R\$ 250 milhões a R\$ 3. Bilhões e os respondentes foram diretores-presidentes, diretores-financeiros, diretores de *compliance*, auditores internos, chefes de departamentos e outros integrantes da Alta Administração (KPMG, 2009). As breves conclusões foram, divididas em subitens:

1) A fraude continua nas organizações e afeta os resultados finais:

- 90% dos entrevistados reconhecem que a fraude é um problema no ambiente corporativo brasileiro;
- 60% dos entrevistados acreditam que a fraude no Brasil vai aumentar nos próximos dois anos;
- 68% responderam que o risco de fraude foi percebido e que não recuperaram os valores envolvidos;
- 70% dos entrevistados já sofreram fraude nos últimos dois anos, sendo 29% ato doloso por meio de falsificação de cheques e documentos, 25% com roubo de ativos.
- 77% dos entrevistados tiveram prejuízos financeiros estimados inferior a R\$ 1 milhão e 5% tiveram prejuízo acima de R\$ 10 milhões.

2) O inimigo mora ao lado

- 73% dos entrevistados afirmaram que o pagamento de propina e benefícios similares são predominantemente formas de fraude;
- 72% dos entrevistados destacaram as empresas são monitoradas formalmente a ocorrência de fraudes e outras condutas impróprias;
- 70% dos entrevistados mantêm canais de comunicação que permitem denunciar atos fraudulentos anonimamente.

3) Ausência de preparo para lidar com a fraude

- 64% dos entrevistados disseram que a área crítica de preocupação é a insuficiência de controles internos e apenas 25% que os controles internos permitiu descoberta de fraude;
- 24% dos fraudadores foram denunciados pelos próprios funcionários e 22% denunciados por terceiros;

- 50% dos entrevistados afirmaram que a diretoria as organizações possui bom conhecimento dos vários riscos de fraude;

4) Sem confiança cega: adoção de decisões informadas

- 64% concordam com verificações de antecedentes (*background checks*) e todos os funcionários e 86% afirmou que realizam verificações de novos fornecedores e prestadores de serviços;

- 70% dos entrevistados dá mais importância ao histórico profissional (*background checks*) e 62% nos antecedentes criminais;

- 70% dos entrevistados responderam que a espionagem corporativa e o crime organizado são as maiores ameaças para as organizações;

- 78% dos entrevistados afirmaram que a restrição ao acesso de informações sensíveis da empresa é a melhor forma de proteção;

5) *Compliance* anticorrupção: desconhecer não é salvaguarda

- 70% dos entrevistados acreditam que as empresas pagam propina ou subornos como forma de realizar os negócios no Brasil;

- A grande maioria dos entrevistados desconhecem as leis anticorrupção (KPMG, 2009).

Segundo o Valor Econômico (2014), a KPMG *Floresnic Services* coletou informações em 78 países entre agosto de 2011 e fevereiro de 2013 e chegou à conclusão que metade das fraudes empresariais cometidas foram facilitadas por falhas nos controles internos e os funcionários estavam envolvidos nas fraudes e com bases nos dados apurados a empresa de auditora e consultoria traçou o perfil: “[...] fraudador: tem cargo de confiança, entre 36 e 55 anos, mais de seis anos de casa e, na maioria das vezes, ocupa funções nas áreas executiva, financeira, operacional, de vendas ou marketing” (VALOR ECONÔMICO, 2014, p. 01).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada diz respeito à importância das organizações, públicas e privadas, investirem em programas de gestão da ética que deve compreender algumas ações, tais como elaboração de código de conduta, implantação de política

de comunicação permanente, estabelecimento de um sistema de recrutamento centrado na ética, sistemas de controle interno.

Nos resultados, obteve-se que 50% dos políticos do alto escalão estão sendo investigados por corrupção, sendo que 17 do poder executivo do governo Temer são investigados, mais de 50% das organizações públicas e privadas entrevistadas pela KMPG já foram fraudadas, 68% por funcionários homens, as causas é a falta de controles e foi por meio de falsificação de cheques, falsificação de documentos e roubo de ativos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Gustavo. PGR diz ao STF que parte de acusações contra Renan Calheiros prescreveram. O Estado de S. Paulo 12 Abril 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pgr-diz-ao-stf-que-parte-de-acusacoes-contra-renan-calheiros-prescreveram,1855195>>. Acesso em 18 set. 2016.

BBC BRASIL. Os ministros de Temer com problemas na Justiça: entenda (2016). Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/os-ministros-de-temer-com-problemas-na-justica-entenda,672f0c05b2c85180d6b2fc41e8cccf7drjpkp5r0z.html>> Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL - PALÁCIO DO PLANALTO. Ministros. (2016) Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros>> Acesso em: 18 set. 2016.

CHERMAN, Andréa; TOMEI, Patrícia Amélia. Códigos de ética corporativa e a tomada de decisão ética: instrumentos de gestão e orientação de valores organizacionais? RAC - Rev. adm. contemp. vol.9 no.3 Curitiba July/Sept. 2005. <Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552005000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552005000300006)>. Acesso em: 18 set. 2016.

COASE, Ronald. H. The Nature of the Firm. *Economica*, New Series, Vol. 4, No. 16. (Nov., 1937). Disponível em: <<http://www.colorado.edu/ibs/es/alston/econ4504/readings/The%20Nature%20of%20the%20Firm%20by%20Coase.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

DALLABRIDA, Roque, Valdir; BECKER Ferminiano, Dinizar. Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica desenvolvimento em questão, vol. 1, núm. 2, julho-dezembro, 2003, pp. 73-97 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Ijuí, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/752/75210205.pdf>> Acesso em: 18 set. 2016.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In: DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. p. 385-415.

ENDEAVOR BRASIL. Prevenindo com o Compliance para não remediar com o caixa. 2015. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/compliance/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. Governança corporativa. 2016. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>> Acesso em: 18 set. 2016.

KOKAY, D. W, Erika; MENEZES Tamara. Os ministros do governo Temer. DW - Made For Minds.2016.Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/o-que-esperar-do-governo-temer/a-19252713>>. Acesso em: 15 maio 2016.

KPMG FORENSIC SERVICES. A fraude no Brasil: relatório da pesquisa 2000. Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/Pesquisa2000.pdf>> Acesso em: 18 set 2016.

\_\_\_\_\_.A fraude no Brasil: relatório da pesquisa 2004. Disponível em: <<http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/Fraudes2004site.pdf>> Acesso em: 18 set 2016.

\_\_\_\_\_.A fraude no Brasil: relatório da pesquisa 2009. Disponível em: <[http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/Fraudes\\_2009\\_port.pdf](http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/Fraudes_2009_port.pdf)> Acesso em: 18 set 2016.

LÖFFLER, Elke. Governance: Die neue Generation von Staats- und Verwaltungsmodernisierung. *Verwaltung + Management*, v. 7, n. 4, p. 212-215, 2001. *In: Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? RAP - Revista de Administração Pública- Rio de Janeiro 40(3):479-99, Maio/Jun. 2006.*

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – MTFC. Controladoria-Geral da União - CGU participa de conferência internacional sobre o combate à corrupção e proteção ao denunciante.2014. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2014/04/cgu-participa-de-conferencia-internacional-sobre-o-combate-a-corrupcao-e-protecao-ao-denunciante>>. Acesso em: 18 set. 2016.

NASCIMENTO, Luciano. Câmara cassa mandato de Eduardo Cunha por 450 votos a favor e dez contra. EBC. Agencia Brasil. Brasília, 12 set. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-09/camara-cassa-mandato-de-eduardo-cunha-por-mentir-cpi>>. Acesso em: 18 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Governance and development: Thematic Think Piece - UNDESA, UNDP, UNESCO. 2012. Disponível em: [http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Think%20Pieces/7\\_governance.pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Think%20Pieces/7_governance.pdf) >. Acesso em 18 set. 2016.

SEBRAE/NIT– Núcleo de Inteligência Territorial / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul: Três Lagoas Costa Leste. Campo Grande: SEBRAE, 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/TR%C3%8AS%20LAGOAS.pdf>> Acesso em 12 mar. 2016.

SOUSA, Maria Luzia Lomba de. Comunidade de Jupiá em Três Lagoas / MS: estudo de caso com enfoque no turismo gastronômico como estratégia de desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado – UCDB, 2007. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7939-comunidade-de-jupia-em-tres-lagoas-ms-estudo-de-caso-com-enfoque-no-turismo-gastronomico-como-estrategia-de-desenvolvimento-local.pdf>>. Acesso em 12 set. 2016.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. UNODC e Corrupção. 2016. Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/corruptcao/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

VALOR ECONÔMICO Pesquisa da KPMG traça perfil de fraudador. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/legislacao/3398172/pesquisa-da-kpmg-traca-perfil-de-fraudador>>. Acesso em: 18 set. 2016.

WILLIAMSON, Óliver. The Theory of the Firm as Governance Structure: From Choice to Contract. *Journal of Economic Perspectives* 16(3):171-195 · February, 2002 *with* 26 Reads. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/4734059\\_The\\_Theory\\_of\\_the\\_Firm\\_as\\_Governance\\_Structure\\_From\\_Choice\\_to\\_Contract](https://www.researchgate.net/publication/4734059_The_Theory_of_the_Firm_as_Governance_Structure_From_Choice_to_Contract)>. Acesso em 18 set. 2016.